

HABEAS CORPUS Nº 515.588 - SP (2019/0168616-0)

RELATOR : **MINISTRO SEBASTIÃO REIS JÚNIOR**
IMPETRANTE : APARECIDA AUXILIADORA DA SILVA
ADVOGADO : APARECIDA AUXILIADORA DA SILVA - SP118785
IMPETRADO : TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE SÃO PAULO
PACIENTE : MARCOS BRAGA PIMENTA (PRESO)

DECISÃO

Trata-se de *habeas corpus*, com pedido liminar, impetrado em favor de **Marcos Braga Pimenta** apontando-se como autoridade coatora a Sétima Câmara Criminal do Tribunal de Justiça de São Paulo (Apelação Criminal n. 0033386-35.2011.8.26.0196).

Narram os autos que o paciente *Marcos Braga Pimenta* foi condenado em primeira instância nos autos do Processo n. 0032943-84.2011.8.26.0196, Controle n. 2020/2011, pelo crime de tráfico de drogas e associação para o tráfico, nos autos do Processo n. 0035260-55.2011.8.26.0196, Controle n. 2117/2011, pelo crime de tráfico de drogas e nos autos do Processo n. 0033386-35.2011.8.26.0196, Controle n. 2046/2011, também pelo crime de tráfico de drogas (fl. 2).

Daí o presente *mandamus*, em que a impetrante sustenta a tese de litispendência entre as referidas ações penais, destacando que *os três processos em tela foram iniciados com base em apenas um inquérito policial, no qual houve por meio de interceptações telefônicas autorizadas unicamente nos autos do Processo Controle n. 2020/2011, a captura de conversas entre os denunciados, tratando-se de prova emprestada* (fl. 2).

Menciona que, *nos três processos há decisões conflitantes e que em muito prejudicam os réus, tendo em vista que todos os fatos estão interligados, e em pelo menos dois deles há a imputação de tráfico de drogas, quando na verdade a descrição fática da denúncia narra o crime de associação para o tráfico, o que gera dupla condenação pelo mesmo fato* (fl. 5).

Requer, assim, inclusive em liminar, o reconhecimento da litispendência e, por conseguinte, *o trancamento das Ações Penais de n. 0033386.2011.8.26.0196*

(Controle n. 2046/2011) e n. 0035260-55.2011.8.26.0196 (Controle n. 2117/2011), em relação ao paciente, com a consequente extinção dos processos em duplicidade (fl. 14).

É o relatório.

A concessão de liminar em *habeas corpus* é medida de caráter excepcional, cabível apenas quando a decisão impugnada estiver eivada de ilegalidade flagrante, demonstrada de plano.

Na espécie, contudo, consta do acórdão da Apelação Criminal n. 0033386-35.2011.8.26.0196 o seguinte (fls. 159/163 – grifo nosso):

[...]

Verifica-se que no caso em tela **não se está diante de litispendência, visto que se está diante de fatos e imputações diferentes, referente a condutas diversas, embora sejam crimes da mesma natureza.**

Não obstante, verifica-se que **tal arguição já foi objeto de recurso próprio "Exceção de Litispendência", juntado aos autos em apenso onde restou devidamente comprovado e sentenciado que não há litispendência no presente caso, não havendo interposição de recurso contra tal decisão por qualquer dos réus.**

Conforme consta dos documentos juntados na referida exceção, no **Processo Criminal nº 2020/2011, os réus foram denunciados pelos delitos de associação criminosa e pelos crimes de tráfico de entorpecentes, por condutas evidentemente distintas das em análise no caso em dela.**

No referido processo nº 2020/2011 os corréus respondem pelos seguintes atos:

- A partir de outubro de 2011, na cidade de Franca/SP, os corréus Marcos Braga, Vanderson, Eric, Marco Antônio, João Fernando, Leonardo, Ricardo, José e Marina Elen da Silva, juntamente com o adolescente Marcos Júnior Líbano Pimenta associaram-se para o fim de praticar crimes de tráfico de drogas.

- No dia 13 de outubro de 2011, por volta das 18h20min, Robson Maioral Domingues, adquiriu e guardava para fim de tráfico, em sua residência situada na Rua José Barcelos Cardoso, nº 3259. Bairro Jardim Luiza II, na cidade de Franca/SP. aproximadamente 3,8 gramas de "Erythroxilon coca ("cocaína"), substância entorpecente capaz de causar dependência física e psíquica, o que fazia sem autorização e em desacordo com determinação legal e regulamentar para entrega ao consumo de terceiras pessoas, sendo que os corréus Marcos Braga, Vanderson, Eric, Marco Antônio, João Fernando, Leonardo, Ricardo e José Paulo, além de Marina Elen da Silva e o adolescente Marcos Júnior Líbano Pimenta de qualquer forma concorreram para a prática supracitada, na medida que integravam a associação criminosa.

- Na mesma data de 13 de outubro de 2011, por volta das 18h20min, na Rua José Maria Jacinto Rabelo, nº 5681, Santa Terezinha, na cidade de Franca/SP, o corréu Marcos Braga, juntamente com seu filho adolescente Marcos Júnior Líbano Pimenta, conluiados e mediante unidade de desígnios, em prol da associação que integravam, adquiriram e guardavam aproximadamente 215,3 gramas de "Erythroxilon coca ("cocaína"), substância entorpecente capaz de causar

dependência física e psíquica, o que fazia sem autorização e em desacordo com determinação legal e regulamentar para entrega ao consumo de terceiras pessoas, sendo que os corréus Vanderson, Eric, Marco Antônio, João Fernando, Leonardo, Ricardo e José Paulo, além de Marina Elen da Silva de qualquer forma concorreram para a prática supracitada, na medida que integravam a associação criminosa.

- Ainda no dia 13 de outubro de 2011, por volta das 18h20min, na Rua Pedro Peres, nº 742, Santa Terezinha, na cidade de Franca/SP, Marina Elen da Silva, em prol da associação que integrava, guardava cerca de 65,4 gramas de Cannabis sativa L ("maconha"), e aproximadamente 4.872,86 gramas de "Erythroxilon coca" ("cocaína"), entorpecentes capazes de causarem dependência física e psíquica, o que fazia sem autorização e em desacordo com determinação legal e regulamentar para entrega ao consumo de terceiras pessoas, sendo que os corréus Marcos Braga, Vanderson, Eric, Marco Antônio, João Fernando, Leonardo, Ricardo e José Paulo, além do adolescente Marcos Júnior Líbano Pimenta de qualquer forma concorreram para a prática supracitada, na medida que integravam a associação criminosa.

- E, no dia 17 de outubro de 2011, por volta das 18h10min, na Rua José Joaquim Rocha, nº 5750, Santa Terezinha, na cidade de Franca/SP, o corréu Vanderson, em prol da associação que integrava, guardava aproximadamente 23,350 gramas de Cannabis sativa L ("maconha"), e cerca de 2,589 gramas de Erythroxilon coca ("cocaína"), entorpecentes capazes de causarem dependência física e psíquica, o que fazia sem autorização e em desacordo com determinação legal e regulamentar para entrega ao consumo de terceiras pessoas, sendo que os corréus Marcos Braga, Eric, Marco Antônio, João Fernando, Leonardo, Ricardo e José Paulo, além de Marina Elen da Silva e o adolescente Marcos Júnior Líbano Pimenta de qualquer forma concorreram para a prática supracitada, na medida que integravam a associação criminosa.

Ao passo que no caso em tela os réus respondem pela denúncia de que no dia 17 de outubro de 2011, por volta das 22h, na Rua Frei Agostinho da Piedade, nº 959, Vila Santa Terezinha, na cidade de Franca/SP, os corréus João Fernando e Leonardo guardavam 6.286 gramas de Cannabis saliva L ("maconha") acondicionadas em porções de diversos tamanhos e embalagens distintas, entorpecente capaz de causar dependência física e psíquica, o que faziam sem autorização e em desacordo com determinação legal e regulamentar para entrega ao consumo de terceiras pessoas, sendo que os corréus Marcos Braga, Vanderson, Eric, Marco Antônio, João Fernando, Ricardo e José Paulo de qualquer forma concorreram para a prática supracitada, na medida que integravam a associação criminosa.

Claro, assim, que nenhum dos réus responde duas vezes pelo mesmo crime, não havendo que se falar em bis in idem. Tratando-se de imputações diversas, por condutas delituosas distintas que se deram em circunstâncias de tempo e local diversas.

Ressalte-se ainda que apesar de semelhantes, e oriundos do desmantelamento do esquema criminoso comandado pelo corréu Marcos Braga na região da cidade de Franca/SP, se está diante de delitos autônomos, vez que tratam-se de condutas desvinculadas no espaço e no tempo. Sendo inviável o reconhecimento do crime continuado, pois há verdadeira habitualidade criminosa. Bem como não podendo os corréus se valerem do princípio da alternatividade para se verem impunes apesar da infinidade de delitos cometidos.

Eis que não se vislumbra hipótese de litispendência, por se tratarem de acusações diversas.

[...]

Assim, no caso, o constrangimento não se mostra com a nitidez imprimida na inicial, estando a exigir um exame mais detalhado dos elementos de convicção carreados aos autos, o que ocorrerá por ocasião do julgamento definitivo do *writ*.

Ante o exposto, **indefiro** a liminar.

Solicitem-se informações ao Tribunal de Justiça e ao Juízo da 2ª Vara Criminal da comarca de Franca/SP (Autos n. 0033386-35.2011.8.26.0196) acerca da alegação de litispendência entre as Ações Penais n. 0032943-84.2011.8.26.0196, Controle n. 2020/2011, n. 0035260-55.2011.8.26.0196, Controle n. 2117/2011, e n. 0033386-35.2011.8.26.0196, Controle n. 2046/2011, encaminhando-se cópia da decisão proferida na Exceção de Litispendência.

Após, dê-se vista ao Ministério Público Federal.

Publique-se.

Brasília, 12 de junho de 2019.

Ministro Sebastião Reis Júnior
Relator